



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 076/2025/PMCO/TO

I – DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

Este documento apresenta o Estudo Preliminar que servirá para assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência, cujo objeto Registro de Preço para para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação e montagem em regime COMODATO e monitoramento, e demais se fizerem necessário para instalação do sistema de Alarme e CFTV, para o monitoramento e gravação das imagens, incluindo o serviço de instalação dos equipamentos com a aquisição da infraestrutura necessária e manutenção, fornecimento e instalação de sistema de sensor de alarme de porta, por um período de 12 (doze) meses, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO., tomando como base o Documento de Formalização de Demanda – DFD e as Solicitações Nº16770942, anexados ao processo.

1.1 Área Requisitante

Secretaria Municipal de Administração – Risia Cristina da Silva Winck – Secretária Municipal.

1.1.1 Responsáveis pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar

Equipe Técnica, nomeados através da Portaria Nº 696 de 10 de setembro de 2025.

1.2 Categoria do Objeto

O objeto a ser contratado enquadra-se como serviços comuns de que trata a Lei Nº14.133/2021 e o Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, por possuir padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado.

II – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação e montagem em regime comodato e monitoramento, e demais se fizerem necessário para instalação do sistema de Alarme e CFTV, para o monitoramento e gravação das imagens, incluindo o serviço de instalação dos equipamentos com a aquisição da infraestrutura necessária e manutenção, fornecimento e instalação de sistema de sensor de alarme de porta, por um período de 12 (doze) meses, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

2.2. A implantação e manutenção de sistemas de segurança eletrônica é medida essencial para garantir a proteção do patrimônio público, dos servidores e dos usuários dos serviços municipais, contribuindo para a prevenção de furtos, vandalismos, invasões e demais ocorrências que possam comprometer a integridade física e patrimonial dos órgãos da Administração.



2.3. Além disso, o sistema de monitoramento por câmeras (CFTV) permite o acompanhamento em tempo real das dependências públicas, bem como o registro e armazenamento das imagens, o que possibilita a identificação e responsabilização de eventuais autores de ilícitos, além de servir como instrumento de apoio à gestão e à segurança institucional.

2.4. A locação dos equipamentos em regime de comodato, com manutenção inclusa, mostra-se a forma mais eficiente e econômica de atender à necessidade da Administração, evitando custos elevados com aquisição, atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos, garantindo o funcionamento contínuo e adequado do sistema durante todo o período contratual.

2.5. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a integridade dos bens públicos, o bom andamento das atividades administrativas e a tranquilidade dos servidores e cidadãos que frequentam as unidades da Administração Pública Municipal, promovendo maior eficiência, controle e segurança patrimonial.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. As licitantes deverão atender aos requisitos exigidos do Instrumento Convocatório e do Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

3.2. Para o fornecimento dos serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A prestação de serviços será mediante demanda, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Administração.

3.4. As licitantes deverão prestar diretamente o serviço, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

3.5. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.

3.6 A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, administrativos e legais, de modo a garantir a eficiência, segurança, continuidade e economicidade na execução dos serviços:

3.6.1 REQUISITOS GERAIS

3.6.1.1 A empresa contratada deverá ser especializada e devidamente registrada nos órgãos competentes para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico, instalação e manutenção de sistemas de alarme e CFTV.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.6.1.2 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e vantajosidade para a Administração.

3.6.1.3 Os serviços deverão ser executados de forma contínua, sem interrupções, garantindo o funcionamento ininterrupto do sistema de alarme e do CFTV durante toda a vigência contratual.

3.6.1.4 O contrato deverá abranger instalação, configuração, monitoramento remoto, manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos, cabos, conectores, sensores e demais itens necessários ao pleno funcionamento do sistema.

3.6.2 REQUISITOS TÉCNICOS

3.6.2.1 Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade, certificados e compatíveis entre si, observando as normas técnicas da ABNT, INMETRO e demais regulamentações aplicáveis.

3.6.2.2 O sistema de CFTV deverá possibilitar armazenamento digital de imagens por período indeterminado, com acesso remoto seguro e registro de logs de acesso.

3.6.2.3 O sistema de alarme deverá contemplar sensores de porta, presença e movimento, além de comunicação integrada com central de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas.

3.6.2.4 A contratada deverá fornecer toda a infraestrutura necessária, incluindo cabos, conectores, fontes, suportes, dispositivos de rede e demais componentes indispensáveis ao correto funcionamento dos sistemas.

3.6.2.5 A manutenção preventiva deverá ocorrer periodicamente, conforme cronograma previamente aprovado pela Administração, e a manutenção corretiva deverá ser executada em prazo máximo de 24 horas após a comunicação da falha.

3.6.3 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.6.3.1 A empresa deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na instalação e monitoramento de sistemas de alarme e CFTV de complexidade semelhante à do objeto desta contratação.

3.6.3.2 Deverá ser comprovada a disponibilidade de equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação e/ou certificações compatíveis com as atividades a serem executadas.

3.6.3.3 A empresa deverá possuir Centro de Monitoramento próprio ou terceirizado, com funcionamento ininterrupto (24h por dia, 7 dias por semana), devidamente estruturado para o acompanhamento remoto dos sistemas instalados.

3.6.4 REQUISITOS DE CONFORMIDADE E GARANTIA

3.6.4.1 Todos os serviços deverão observar os princípios da eficiência, eficácia, economicidade, segurança e continuidade do serviço público, conforme os arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.



3.6.4.2 A contratada será responsável por substituir, sem ônus adicional, quaisquer equipamentos que apresentem defeitos, desgaste ou mau funcionamento, durante todo o período contratual.

3.6.4.3 Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho, de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e demais regulamentações pertinentes.

3.6.4.4 O sistema deverá ser entregue totalmente operacional, testado e validado pela Administração, mediante termo de aceite técnico.

IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

4.1 Das quantidades estimadas:

Item	Descrição	Unidade	Quantidades de serviços	Período em meses	total
01	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CFTV (INFRAESTRUTURA, SOFTWARE, DVR E MONITOR) FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO COMPLETA DE CFTV, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CONECTORES, TOMADAS, CAIXAS DE PASSAGEM, ABRAÇADEIRAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SERVIDOR DE GRAVAÇÃO (DVR) COM MÍNIMO DE 16 CANAIS, HD DE 2TB, COMPRESSÃO H.265+, ACESSO REMOTO, RACK 19" E NOBREAK; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO COMPATÍVEL; LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MONITOR LED DE 32"; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DO MEMORIAL "AS BUILT" E PLANO DE SEGURANÇA. TODO O SISTEMA DEVERÁ ESTAR EM PLENO FUNCIONAMENTO, COM SUPORTE TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	SERV	5	12	60
02	FORNECIMENTO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", EM COMODATO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1280X720 (1MP), INFRAVERMELHO, GRAU DE PROTEÇÃO IP66/67, ALCANCE MÍNIMO DE 30 METROS, TECNOLOGIA HD (HDTV I OU HDCVI), DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SISTEMA D-WDR, SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,001 LUX, SUPORTE ANTIVANDALISMO QUANDO APLICÁVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. AS CÂMERAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS E INTEGRADAS AO DVR E SOFTWARE DO SISTEMA.	SERV	30	12	360
03	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", COM TODA FIAÇÃO INCLUSA	SERV	30	1	30



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

04	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA, EM COMODATO, INCLUINDO: CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA MONITORADA, SENSORES DE PORTA ANTIVANDALISMO, SENSORES INFRAVERMELHOS DE PRESENÇA (INTERNOS E EXTERNOS), TECLADO REMOTO LCD, SIRENES PIEZOELÉTRICAS, BATERIAS, TRANSFORMADOR, MÓDULOS DE EXPANSÃO, CABEAMENTO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR COMUNICAÇÃO REMOTA VIA TELEFONE E CELULAR E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA CFTV. INCLUI ENTREGA DO MEMORIAL "AS BUILT" DE TODA A INSTALAÇÃO.	SERV	5	12	60
05	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA	SERV	5	1	5

V – LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL

5.1. O objeto deste ETP é proporcionar a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais órgãos vinculados.

5.2. Serão consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Secretaria Municipal de Administração junto à Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

5.3. Com o objetivo de compreender a dinâmica do mercado, a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, identificando possíveis e potenciais empresas e/ou fornecedores no ramo de atividade principal e/ou secundário compatíveis como escopo da presente licitação, a Equipe Técnica considerou contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, mediante o Portal de Compras do Governo Federal, bem como por outras organizações privadas, que há uma ampla disponibilidade de empreendedores no contexto nacional que possuem capacidade técnica-operacional de atender a pretensa necessidade da Secretaria Municipal de Administração de Colinas do Tocantins/TO.

5.4. Nos valores propostos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados, compreendendo: fornecimento de equipamentos e materiais em regime de comodato; mão de obra especializada; encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; custos com transporte, deslocamento e combustível; seguros; manutenção preventiva e corretiva; tributos, taxas e emolumentos; lucro e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas inerentes ao cumprimento integral das



obrigações contratuais. Os preços unitários e globais deverão refletir o custo total dos serviços e equipamentos, incluindo todos os encargos, tributos e demais componentes financeiros pertinentes, não sendo admitidos custos adicionais ou complementares à proposta apresentada.

5.5. Todos os serviços e equipamentos fornecidos deverão ser conferidos no momento da instalação e durante a execução contratual. Caso sejam constatadas não conformidades quanto à qualidade, especificações técnicas ou funcionamento dos sistemas de alarme e CFTV, a contratada deverá realizar as adequações, correções ou substituições necessárias, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto em contrato e na Lei nº 14.133/2021.

5.6. Os serviços prestados e/ou equipamentos fornecidos deverão ser acompanhados da correspondente Nota Fiscal, emitida de forma individualizada e compatível com a respectiva Nota de Empenho, contendo a descrição detalhada do serviço executado ou bem fornecido, o valor unitário, a quantidade, o valor total e todas as demais informações e requisitos fiscais e legais exigidos pela legislação vigente.

5.7. Cada fornecimento somente será considerado concluído mediante a emissão de termo de recebimento definitivo.

5.8. A Nota fiscal deverá ser descritiva, constar nº da NAD – Nota de Autorização de Despesa, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como da CND do INSS e CRF do FGTS.

5.9. A Empresa contratada só poderá emitir Nota Fiscal após a emissão da respectiva nota de empenho.

5.10. QUADRO DE CONSULTAS

5.10.1. Consulta a Contratos – Período Pesquisado – 14/10/2025

Órgão	Modalidade de Licitação	Número	Id contratação PNCP
MUNICIPIO DE JERIQUARA / SP	PREGÃO ELETRÔNICO, SOB REGISTRO DE PREÇO	9053.1/2025	45353315000150-1-000137/2025
MUNICIPIO DE ACREUNA/GO	PREGÃO ELETRÔNICO, SOB REGISTRO DE PREÇO	032/2025	02218683000183-1-000587/2024
MUNICIPIO DE BOA VISTA/RR	PREGÃO ELETRÔNICO, SOB REGISTRO DE PREÇO	00138/2024	05943030000155-1-000084/2024

5.10.2. Destarte, da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Secretaria Municipal de Administração junto à Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

5.10.3. Ainda, da análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas possíveis de atendimento à demanda considerando, além o aspecto econômico, os aspectos quantitativos e qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

da contratação. Para atendimento da demanda, foi identificada e analisada as possíveis soluções:

Solução 1 – Realização de Contratação Direta

Vantagem: Celeridade processual; Redução do custo homem-hora e recebimento e pagamento célere.

Desvantagem: Caracteriza – se fracionamento, uma vez que, ultrapassa o valor máximo;

Considerações: Nesta situação, a dispensa de licitação, baseada no art. 72 e inc. II do art. 75, da Lei nº 14.133 /2021. Nesta situação, a referida Lei especifica o rol taxativo dos casos que poderá a licitação ser dispensável. No entanto, ainda que a situação se enquadre nesse rol, a contratação ultrapassa o valor máximo anual permitido, conforme o **Decreto Federal Nº11.871 de 29 dezembro de 2023**. A regra é LICITAR. No entanto, a administração pública deve avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação sem licitação. Logo, não é uma solução adequada.

Solução 2 – Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços

Vantagem: Não obrigatoriedade da aquisição e indicação de recursos orçamentários; Prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogado por mais um ano; e Preços poderão ser ajustados conforme o mercado, buscando maior economia de escala; e Recebimento conforme a demanda.

Considerações: Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços para o prazo de até 01 (um) ano. É o atendimento ao Princípio da Economicidade; Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração; A solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens e serviços registrados; Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os bens e serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais; Celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados; Possibilita a participação de pequenas e médias empresas em virtude da entrega ou fornecimento do bem ou serviço registrado ocorrer de forma parcelada.

Solução 3 – Realização de Pregão Eletrônico na Forma Tradicional

Vantagem: Maior segurança jurídica; Maior economia de escala; e Os bens e/ou serviços são comuns, pois, trata de licitação para contratação na quantidade e para período certo e já existe recurso disponível para adquirir o bem.

Considerações: Trata de objeto que vai ser solicitado, tão logo o *pregão* seja homologado, no entanto, o objeto a ser licitação é para ser solicitado a medida da necessidade.

Solução 4 – Adesão a Atas de Registro de Preços - Carona e/ou Participante

Vantagem: Maior celeridade processual

Desvantagem: Menor segurança jurídica; e Menor economia de escala

Considerações: Considerando que adesão a ARP é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum, tornando – se a contratação bem mais simples e célere. No



entanto, deparamos com a dificuldade de encontrar uma Ata de Registro de Preços que contemple todas as especificações e quantitativos do objeto a ser adquirido, que atenda a necessidade da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

5.11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.11.1. Considera-se análise das soluções de contratação descritas acima, tem-se mostrado mais eficaz e eficiente para atendimento específico da demanda, por se tratar de objeto que será solicitado de forma parcelada e a medida da necessidade, sem comprometer um orçamento, logo, a melhor **solução é 2- Realização de Pregão Eletrônico -sob Sistema de Registro de Preço.**

5.11.2. A solução escolhida se mostra mais vantajosa para a Secretaria Municipal de Administração, cuja prestação de serviço se dará mediante o sistema de registro de preços, que justifica-se pela possibilidade de racionalizar e otimizar as contratações, permitindo a padronização dos serviços, planejamento da demanda e redução de custos administrativos. Tal modalidade possibilita, ainda, a contratação conforme a necessidade real e a disponibilidade orçamentária, evitando a imobilização de recursos públicos e garantindo maior flexibilidade e economicidade na gestão contratual.

5.11.3. Este tipo de solução é amplamente adotado por diversos órgãos e entidades da Administração Pública, por tratar-se de uma necessidade contínua e recorrente relacionada à prestação de serviços de monitoramento eletrônico. A adoção desse modelo visa atender de forma eficiente e econômica às demandas da Secretaria Municipal de Administração, assegurando a padronização dos serviços, a otimização de recursos públicos e a continuidade das atividades essenciais.

5.11.4. Ademais, a Ata de Registro de Preço, poderá ter validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do art. 35 do Decreto N° 07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei N°14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e do art. 84 da Lei n° 14.133/21.

5.11.5. Tal forma de contratação, encontra amparo nos artigos 82 a 86 da Lei n° 14.133/2021 e Seção I dos Procedimentos Auxiliares do Decreto N°07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei N°14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

5.11.6. Cabe ressaltar que a escolha realizada é legal, indo ao encontro com princípios norteadores da Administração Pública, como é o caso do princípio de economicidade, que busca a concretização de resultados com o menor custo possível e o princípio da eficiência que é um importante instrumento para que se possa exigir a qualidade dos serviços.

VI – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO OU DOS PREÇOS REFERENCIAIS

6.1. Da Estimativa

Item	Descrição	Unidade	Quantidade de serviços	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	------------------------	----------------	-------------



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

01	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CFTV (INFRAESTRUTURA, SOFTWARE, DVR E MONITOR), FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO COMPLETA DE CFTV, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, CONECTORES, TOMADAS, CAIXAS DE PASSAGEM, ABRAÇADEIRAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SERVIDOR DE GRAVAÇÃO (DVR) COM MÍNIMO DE 16 CANAIS, HD DE 2TB, COMPRESSÃO H.265+, ACESSO REMOTO, RACK 19" E NOBREAK; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO COMPATÍVEL; LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MONITOR LED DE 32"; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DO MEMORIAL "AS BUILT" E PLANO DE SEGURANÇA. TODO O SISTEMA DEVERÁ ESTAR EM PLENO FUNCIONAMENTO, COM SUPORTE TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	SERV	01	R\$ 5.679,23	R\$ 5.679,23
02	FORNECIMENTO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", EM COMODATO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1280X720 (1MP), INFRAVERMELHO, GRAU DE PROTEÇÃO IP66/67, ALCANCE MÍNIMO DE 30 METROS, TECNOLOGIA HD (HDTVI OU HDCVI), DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SISTEMA D-WDR, SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,001 LUX, SUPORTE ANTIVANDALISMO QUANDO APLICÁVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. AS CÂMERAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS E INTEGRADAS AO DVR E SOFTWARE DO SISTEMA.	SERV	01	R\$ 419,00	R\$ 419,00
03	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DIGITAIS DO TIPO "BULLET", COM TODA FIAÇÃO INCLUSA	SERV	01	R\$ 284,57	R\$ 284,57
04	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA, EM COMODATO INCLUINDO: CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA MONITORADA, SENSORES DE PORTA ANTIVANDALISMO, SENSORES INFRAVERMELHOS DE PRESENÇA (INTERNOS E EXTERNOS), TECLADO REMOTO LCD, SIRENES PIEZOELÉTRICAS, BATERIAS, TRANSFORMADOR, MÓDULOS DE EXPANSÃO, CABEAMENTO E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DEVERÁ	SERV	01	R\$ 1.893,00	R\$ 1.893,00



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

	PERMITIR COMUNICAÇÃO REMOTA VIA TELEFONE E CELULAR E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA CFTV. INCLUI ENTREGA DO MEMORIAL "AS BUILT" DE TODA A INSTALAÇÃO.				
05	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E SENSORES DE SEGURANÇA	SERV	01	R\$ 745,45	R\$ 745,45
VALOT TOTAL ESTIMADO				R\$ 9.021,25	

6.1.2. Para estimar o valor de referência da presente contratação, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021** e com o art. 23, §1º, da **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a obrigatoriedade de pesquisa de mercado como subsídio para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

6.1.3. A coleta dos dados foi efetuada por meio do Sistema Consultec, ferramenta utilizada pelo Município de Colinas do Tocantins para levantamento de preços praticados no mercado. O sistema disponibiliza banco de dados de contratações públicas realizadas por outros entes e órgãos, permitindo a extração de valores de referência atualizados, com base em registros formais extraídos de processos licitatórios e contratações diretas. Conforme relatório anexado a este Estudo Técnico.

6.1.4. Os preços coletados foram tratados estatisticamente, adotando-se como parâmetro o valor **[médio/mediano/mínimo — conforme o caso]**, excluindo-se valores considerados discrepantes, em conformidade com as diretrizes da IN 65/2021.

6.2. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

6.2.1. O valor estimado global da presente contratação será levantado, pelo Setor de Compras e Orçamento desta municipalidade, através de pesquisa de preço, a qual será realizada previamente à Publicação do Instrumento Convocatório, como condição indispensável para o confronto e exame de propostas na licitação. Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas no Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica.

VII- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Após análise técnica do objeto, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da contratação, tendo em vista que os serviços e equipamentos a serem fornecidos possuem características interdependentes e complementares, cuja execução integrada é essencial para garantir a eficiência, compatibilidade tecnológica, segurança operacional e continuidade do serviço.

7.2 O objeto envolve a locação de equipamentos em regime de comodato, a instalação e montagem dos sistemas de alarme e CFTV, bem como o monitoramento remoto, manutenção preventiva e corretiva, e fornecimento de infraestrutura necessária. Tais atividades demandam planejamento técnico unificado e responsabilidade contratual única, uma vez que o funcionamento de cada componente depende da integração de todos os sistemas.



7.3 O fracionamento da contratação poderia gerar riscos de incompatibilidade entre equipamentos e softwares, dificuldades na responsabilização por eventuais falhas, e aumento dos custos administrativos e operacionais da Administração, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e gestão racional de recursos públicos previstos nos arts. 11, 18 e 37 da Lei nº 14.133/2021.

7.4 Dessa forma, a contratação global, compreendendo o fornecimento dos equipamentos, a instalação, o monitoramento e as manutenções, é a solução mais adequada, segura e vantajosa para a Administração, assegurando padronização tecnológica, centralização da responsabilidade técnica, continuidade dos serviços e melhor controle contratual.

7.5 Por outro lado, o parcelamento do objeto somente seria justificável se as partes do serviço fossem independentes entre si e sua execução autônoma resultasse em maior vantajosidade para a Administração, o que não se aplica ao caso em questão.

7.6 Portanto, a presente contratação deverá ocorrer de forma única e integrada, compreendendo todas as etapas e elementos técnicos do sistema de monitoramento eletrônico, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, que orienta o fracionamento apenas quando houver viabilidade técnica e vantagem econômica comprovada.

VIII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1 A presente contratação apresenta características correlatas e parcialmente interdependentes com o **contrato anteriormente celebrado pelo Fundo Municipal de Saúde, registrado sob o Processo Administrativo FMS-CO nº 048/2024**, cujo objeto refere-se à prestação de serviços de vigilância eletrônica à distância, denominado monitoramento remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de pronta resposta 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo locação de equipamentos em regime de comodato, instalação, manutenção e configuração do sistema de alarme para segurança patrimonial eletrônica.

8.2 Considera-se a interdependência entre as contratações em razão da semelhança técnica e funcional dos serviços e da finalidade comum de segurança patrimonial, mediante o uso de sistemas eletrônicos de alarme, voltados à proteção dos imóveis públicos.

8.3 Assim, a contratação ora proposta deve manter compatibilidade tecnológica e operacional com o sistema atualmente em uso, de modo a assegurar a padronização dos equipamentos, a interoperabilidade dos sistemas e a continuidade dos serviços de monitoramento.

8.4 Todavia, observa-se que, apesar da correlação técnica, trata-se de contratações autônomas, pois possuem escopos distintos, órgãos demandantes diferentes e objetos específicos, ainda que complementares entre si. A presente contratação abrange a locação de equipamentos em regime de comodato, a instalação e montagem do sistema de alarme e CFTV, bem como o monitoramento e manutenção dos equipamentos, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, podendo incluir a ampliação da infraestrutura tecnológica e física necessária.

8.5 Dessa forma, justifica-se a correlação entre as contratações, nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre o dever de coordenação e integração entre



contratações relacionadas, a fim de garantir a eficiência, economicidade, padronização e interoperabilidade das soluções adotadas pela Administração Pública.

8.6 Portanto, reconhece-se a existência de contratação correlata e parcialmente interdependente com o **Processo Administrativo FMS-CO nº 048/2024**, sem prejuízo da autonomia administrativa e orçamentária do presente procedimento, sendo imprescindível o alinhamento técnico entre os contratos para evitar sobreposição de custos, incompatibilidade tecnológica ou descontinuidade dos serviços de segurança eletrônica patrimonial.

IX- ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ANUAL

9.1. A pretensa contratação não está contemplada no Plano Anual de Contratações do Município de Colinas do Tocantins – 2025, considerando sua futura publicação e validade prevista apenas para o ano de 2026.

X- BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

10.1. Entre os principais benefícios a serem alcançados com a presente contratação, destacam-se:

10.1.1 Reforço da segurança patrimonial – Implementação de um sistema moderno e integrado de alarme e CFTV, com monitoramento remoto e gravação de imagens, contribuindo para a prevenção de furtos, depredações e demais incidentes de segurança nos prédios públicos.

10.1.2 Continuidade e eficiência dos serviços – A locação dos equipamentos em regime de comodato, aliada à manutenção preventiva e corretiva inclusa, assegura o funcionamento ininterrupto do sistema, eliminando riscos de descontinuidade operacional e garantindo maior confiabilidade do serviço.

10.1.3 Otimização de recursos públicos – O modelo de comodato reduz custos com aquisição e depreciação de equipamentos, transferindo à contratada a responsabilidade pela atualização tecnológica, instalação, manutenção e substituição de componentes, o que proporciona economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

10.1.4 Padronização e interação tecnológica – A implantação de equipamentos compatíveis e integrados aos sistemas já existentes favorece a padronização das soluções de segurança eletrônica no âmbito municipal, promovendo interoperabilidade entre unidades e centralização do monitoramento.

10.1.5 Gestão moderna e preventiva da segurança – O sistema proposto possibilita respostas ágeis a ocorrências por meio do monitoramento remoto em tempo real, bem como a análise de imagens armazenadas, o que contribui para uma gestão mais estratégica e preventiva da segurança pública e institucional.

10.1.6 Melhoria das condições de trabalho e proteção aos servidores – A presença de um sistema de alarme e vigilância eletrônica eficiente reduz riscos de incidentes, reforçando a sensação de segurança entre servidores e visitantes, e favorecendo o ambiente de trabalho.



10.1.7 Atendimento aos princípios da Lei nº 14.133/2021 – A contratação promove a observância dos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade, e gestão por resultados, previstos na referida norma, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento do interesse público.

10.2 Assim, a contratação justifica-se pelos benefícios operacionais, técnicos e econômicos que proporciona, assegurando à Administração Pública maior eficiência, segurança e racionalização de custos, em consonância com as diretrizes de planejamento e gestão preconizadas pela Lei nº 14.133/2021.

XI - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 Priorizar equipamentos eletrônicos com baixo consumo de energia elétrica e tecnologia LED nas câmeras e sensores, contribuindo para a redução do consumo energético e dos impactos ambientais.

11.2 Adotar fontes de alimentação e sistemas de transmissão de dados eficientes, que promovam maior durabilidade e menor geração de calor e resíduos.

11.3 Determinar que os equipamentos substituídos, cabos e demais componentes eletrônicos sejam destinados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

11.4 Estimular que a contratada mantenha programa de logística reversa junto a fornecedores e fabricantes, assegurando a reutilização e reciclagem dos materiais descartados.

11.5 As atividades de instalação e manutenção deverão ser realizadas com o mínimo de interferência na estrutura física existente, evitando danos às instalações elétricas e à infraestrutura predial.

11.6 Estimular o uso de materiais não poluentes, recicláveis ou de baixo impacto ambiental durante a execução dos serviços.

11.7 O regime de comodato permite que os equipamentos permaneçam sob responsabilidade da contratada, reduzindo a necessidade de aquisição de bens permanentes e, conseqüentemente, o acúmulo de equipamentos obsoletos, favorecendo a renovação tecnológica e a otimização de recursos públicos.

11.8 Garante-se, assim, a modernização contínua do sistema de monitoramento, sem custos adicionais de substituição e descarte para a Administração.

11.9 Exigir que a contratada observe as normas de segurança e saúde do trabalho, conforme legislação vigente, bem como a contratação formal de profissionais habilitados, assegurando condições dignas de trabalho e prevenção de riscos ocupacionais.

11.10 Estimular a inclusão de mão de obra local e de grupos socialmente vulneráveis, conforme as diretrizes de desenvolvimento sustentável da Administração Pública.

11.11 Dessa forma, a contratação proposta contribui para a sustentabilidade ambiental e econômica, redução de impactos negativos ao meio ambiente, eficiência energética e uso



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

racional de recursos públicos, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

XII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

12.1. Após a análise técnica, operacional e econômica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação e montagem, em regime de comodato, e monitoramento do sistema de Alarme e CFTV, incluindo o fornecimento e instalação de sensores, infraestrutura necessária e serviços de manutenção preventiva e corretiva, pelo período de 12 (doze) meses, **é tecnicamente, operacionalmente e economicamente viável.**

12.2 A viabilidade técnica é comprovada pela existência de soluções amplamente consolidadas no mercado, que atendem aos requisitos de desempenho, segurança e integração tecnológica exigidos pela Administração. O modelo de locação em regime de comodato mostra-se adequado, pois transfere à contratada a responsabilidade pela instalação, manutenção, atualização e eventual substituição dos equipamentos, assegurando a continuidade e qualidade do serviço prestado.

12.3 A viabilidade operacional está fundamentada na capacidade de execução do objeto por empresas do setor, dotadas de equipe técnica especializada e equipamentos padronizados, o que garante a plena implementação do sistema de alarme e CFTV, com monitoramento remoto e gravação contínua das imagens, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

12.4 A viabilidade econômica e financeira decorre da comparação entre a locação em comodato e a aquisição definitiva dos equipamentos, constatando-se que o modelo proposto proporciona melhor custo-benefício, redução de despesas de capital, eliminação de custos de depreciação e obsolescência tecnológica, além de flexibilidade contratual para futuras atualizações do sistema.

LUANA MARQUES DE OLIVEIRA
Portaria N°696 de 10/09/2025

ELLÂINE SANTOS
Portaria N°696 de 10/09/2025